



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
COLEGIADO DE HISTÓRIA

Laila Daniela Souza Santos

**OS INDÍGENAS NO RIO DOS CURRAIS: CONTATOS,
CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES NO MÉDIO SÃO FRANCISCO
COLONIAL**

Jacobina, junho de 2024

Laila Daniela Souza Santos

**OS INDÍGENAS NO RIO DOS CURRAIS: CONTATOS,
CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES NO MÉDIO SÃO FRANCISCO
COLONIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado da Bahia (UNEB),
Departamento de Ciências Humanas, Campus IV
(Jacobina), como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Elisangela Oliveira Ferreira.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Elisangela Oliveira Ferreira – Orientadora (UNEB)

Prof. Dr. Cândido Eugênio Domingues de Souza – (UNEB)

Prof. Me. Solon Natalício Araújo dos Santos – (SEC/UFBA)

Jacobina, junho de 2024

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, embora receba a minha autoria, dependeu de muitas outras pessoas para que fosse constituído. O auxílio e apoio a mim prestado, seja direta ou indiretamente, durante o percurso desde o início da graduação até a feitura deste trabalho, foram essenciais para que o mesmo pudesse ser realizado.

Em primeiro momento, agradeço aos meus pais, Hoston Soares dos Santos e Nildete Ribeiro de Souza, por terem me apoiado e incentivado ao longo destes cinco anos de graduação. E, que para além disso, dividiram este sonho comigo e me fizeram manter-me firme nos momentos mais difíceis. Aos meus irmãos, Cailane Souza Santos e Davi Emanuel de Souza, que me estimularam, mesmo que indiretamente, a continuar no curso.

Agradeço também aos meus tios, Erikson Carlos e Norma Soares, por toda solicitude e preocupação em relação à minha estadia em Jacobina.

À minha professora e orientadora, Elisangela Oliveira Ferreira, primeiro por ter abraçado a minha pesquisa e ainda por toda a paciência, compreensão e solicitude que teve comigo durante este processo. E, também, pelos direcionamentos e orientações que me foram dados. Sem eles com certeza não existiria este trabalho. Obrigada, professora!

Ao Programa de Ações Afirmativas (PROAF/UNEB), pela oportunidade de iniciar na área de pesquisa e pelo conhecimento adquirido a partir desta experiência enquanto pesquisadora. E, também, pela concessão da bolsa que foi intrinsecamente importante para minha manutenção e estadia em Jacobina e, conseqüentemente, para a continuidade dos estudos.

Agradeço às amigas que cultivei na universidade, que dividiram comigo os anseios e alegrias da vida acadêmica. A Jeiva Oliveira, pelo companheirismo e cumplicidade desde o primeiro semestre e por tornar minha jornada mais leve. Às minhas colegas de graduação, Natália Lima, Aline Santos, Heloísa Barbosa e Edineide Santos, pelo estímulo e encorajamento que me foi dado.

Por último, agradeço e dedico este trabalho, às populações indígenas, sobretudo do sertão brasileiro, que foram silenciadas e apagadas da história do Brasil.

OS INDÍGENAS NO RIO DOS CURRAIS: CONTATOS, CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES NO MÉDIO SÃO FRANCISCO

Laila Daniela Souza Santos
Universidade do Estado da Bahia
lailadanielasouzasantos@gmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de conquista e ocupação do médio São Francisco durante a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. O estudo concentra-se mais especificamente nas áreas compreendidas entre o histórico sertão de rodelas até as extensões da povoação da Barra do Rio Grande do Sul, atual Barra (Bahia). Neste processo de colonização do médio curso do Rio São Francisco, analisou-se, sobretudo a construção das alianças entre os indígenas aldeados e os colonizadores que passam a adentrar estas regiões. Aborda-se também como foram se estabelecendo os contatos, conflitos e negociações entre os nativos do médio São Francisco e sertanistas, fazendeiros, vaqueiros e missionários que adentraram essas localidades nos movimentos de conquista e colonização do sertão colonial. Esses movimentos foram substanciados, sobretudo, pela expansão da pecuária que demandava por mais territórios para a instalação dos currais e de pastos para a engorda dos animais. Devido à grande quantidade de currais de gado que foram instalados nas margens do rio durante o século XVII, isso fez com que o mesmo ficasse caracterizado como o “rio dos currais”.

Palavras-chave: médio São Francisco; indígenas aldeados; guerras; alianças;

ABSTRACT

This research aimed to analyze the process of colonization and occupation of the middle São Francisco during the second half of the 17th century and the first half of the 18th century. Concentrating study, more specifically on the areas between the historic hinterland of Rodelas to the extensions of the village of Barra do Rio Grande do Sul, currently Barra-BA. Within this process of colonization of the middle course of the São Francisco River, we analyzed, above all, the construction of alliances between the indigenous villagers and the colonizers who began to enter these regions. Noting, also, how contacts, conflicts and negotiations were established between the natives of the middle São Francisco and sertanistas, farmers, cowboys and missionaries who entered these locations in the colonization movements of the colonial hinterland. Substantiated, above all, by the expansion of livestock farming, which demanded more territories for the installation of corrals and pastures for fattening the animals. Due to the large number of cattle corrals that were installed on the banks of the river, it became characterized from the 18th century onwards as the “river of corrals”.

Keywords: medium São Francisco; indigenous people in villages; wars; alliances.

1. Introdução

A historiografia brasileira, por muito tempo, privilegiou como campo de estudo e de produção uma história na qual se narrava os feitos dos grandes homens, sobretudo, das elites brancas. Deste modo, ao constituir-se a história do Brasil, ou da formação da nação brasileira, priorizou-se as contribuições europeias na constituição do país, bem como na escolha dos personagens principais. Neste sentido, durante muito tempo, fora excluída dessas produções historiográficas, ou posta de forma pejorativa, a contribuição dos povos indígenas e sua atuação no processo de colonização e formação da nação brasileira.

Entretanto, a partir das últimas décadas do século XX constituiu-se uma Nova História Indígena, a qual procura dar novos direcionamentos às narrativas até então construídas sobre esses povos, enfatizando, por exemplo, a atuação dos mesmos frente ao avançar da conquista e ocupação de seus territórios durante o período colonial. Procura-se construir uma narrativa que dê visibilidade aos povos indígenas que tiveram suas histórias silenciadas e simplificadas.

Contudo, mesmo com esses avanços na escrita da historiografia, ainda se tem muitas lacunas no que concerne ao processo de conquista e, sobretudo, no que concerne a esse processo no sertão, voltando-se muito pouco para a situação dos povos indígenas que habitavam essa região. Muito do que fora produzido ainda prioriza a ação dos conquistadores, as populações indígenas ficam às margens das discussões, tendo suas diversas etnias reduzidas a termos homogeneizantes como “tupis” ou “tapuias”.

Neste sentido, pretendeu-se com esse trabalho contribuir com a pesquisa histórica sobre os indígenas que habitavam o sertão colonial, mais especificamente nas regiões do médio São Francisco entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Buscou-se interpretar as maneiras pelas quais as populações indígenas vivenciaram a conquista e seus desdobramentos, analisando, sobretudo, como as alianças militares entre os nativos e colonizadores foram fundamentais ao processo de colonização do médio São Francisco e, também, para a expansão das fronteiras coloniais. Para além disto, o estabelecimento destas alianças, estrategicamente pensadas, funcionaram como uma perspectiva de melhores condições de sobrevivência e preservação ou obtenção de direitos para esses indígenas aliados.

Neste processo de investigação, foram utilizadas obras relacionadas à Nova História Indígena bem como trabalhos voltados aos processos de interiorização ao sertão

colonial, mais precisamente aos territórios da Bahia e de Pernambuco. Desta maneira, Damião Esdras Arraes, em sua dissertação: “Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX”, discute o processo de urbanização do sertão nordestino, a partir da expansão da criação do gado e a instalação dos aldeamentos religiosos nas áreas próximas do rio São Francisco. Aborda a influência destes movimentos para o desenvolvimento e povoamento dos aglomerados urbanos nas áreas interioranas do sertão colonial. Deste modo, ao analisar este processo de urbanização entre as áreas do médio São Francisco pertencentes a Bahia e Pernambuco, sua obra fora fundamental para a produção deste artigo.¹

Davi Barburda Ferreira, em sua tese intitulada “Os Governadores dos Índios do Estado do Brasil: Ascensão, consolidação e decadência (1630-1755)”, analisa a atuação das lideranças indígenas que exerciam o cargo de governadores dos índios do Estado Brasil no período colonial, discutindo, sobretudo, como esses indígenas, através deste cargo, atuaram na construção do mundo colonial e, também, na obtenção de direitos para os seus povos. Neste contexto, sua tese confluiu de maneira significativa para a compreensão da ação dos governadores de índios no médio São Francisco, sobretudo, nas guerras empreendidas contra os chamados gentios bárbaros que habitavam as margens do rio entre a Bahia e Pernambuco.²

Jacionira Silva, em sua tese intitulada “Arqueologia do Médio São Francisco: indígenas, vaqueiros e missionários”, analisa os vestígios deixados pelas populações indígenas que habitavam o médio São Francisco, sobretudo na região de Itaparica, e as transformações sociais e culturais decorrentes dos contatos entre os nativos, colonizadores e missionários que passaram a adentrar a região. A tese da autora foi aqui utilizada, sobretudo a partir do terceiro capítulo, quando a mesma discute a ocupação e missionação no sertão de Rodelas.³

Marcos Galindo, em “O governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuias 1651-1798”, analisa o processo de expansão colonial no interior do Nordeste, destacando, sobretudo, a incorporação do mundo luso europeu nas áreas interioranas

¹ ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas**: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

² FERREIRA, David Barbuda G. de M. **Os Governadores dos Índios do Estado do Brasil**: ascensão, consolidação e decadência (1630-1755). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

³ SILVA, Jacionira Coêlho. **Arqueologia do Médio São Francisco**: indígenas, vaqueiros e missionários. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ocupadas pelos “tapuias”. Apresenta também a importância da área denominada como o Sertão de Rodelas neste movimento de expansão das fronteiras coloniais, ao mesmo passo que aponta a construção das alianças entre os indígenas rodeleiros e colonizadores nas guerras contra os grupos indígenas inimigos. Estes aspectos discutidos pelo autor foram essenciais para compreender a atuação consciente dos grupos indígenas à medida que se “aliavam” as forças colonizadoras.⁴

Pedro Puntoni, em sua obra “A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720”, analisa o período de conflitos empreendidos entre os grupos indígenas que habitavam as áreas interioranas das capitanias do Nordeste e as forças colonizadoras. O estudo de Puntoni serviu para demarcar o recorte temporal desta pesquisa, bem como, compreender como se deu a utilização dos indígenas em ambos os lados dos conflitos.⁵

Deste modo, estes autores trataram dos processos de conquista e colonização do sertão colonial, nas áreas próximas ao Rio São Francisco a partir de diferentes perspectivas. No que diz respeito às fontes documentais, foram utilizados, principalmente, os documentos disponibilizados pela Biblioteca Nacional, publicados na série “Documentos Históricos”. Estes documentos, em sua maioria trata-se de patentes, portarias e registros de provisões. Ademais, foi utilizada também a obra “Relação de uma missão no Rio São Francisco” produzida pelo padre Martinho de Nantes no período que atuou como missionário entre os indígenas do médio São Francisco.

2. Conquista e ocupação no médio São Francisco: currais de reses e de almas

O processo de exploração nas margens do rio São Francisco consta desde a primeira metade do século XVI, a partir dos movimentos de adentramento ao interior do Brasil colonial. Esta primeira fase de interiorização fora marcada pelas expedições de reconhecimento que objetivavam encontrar minas auríferas ao longo do rio São Francisco. “O resultado dessas expedições ao findar o século XVI, foi o devassamento do rio São Francisco da foz ao além-Carinhanha, em território atual de Minas Gerais”.⁶

⁴ GALINDO, Marcos. **O governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuias 1651-1798**. Tese (Doutorado em Línguas e Culturas da América Latina), Universidade de Leiden, Holanda, 2004.

⁵ PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2002.

⁶ SILVA, op. cit., p. 99.

Esta primeira fase de interiorização esteve interligada também a política de apresamento dos grupos indígenas tapuias⁷, que a partir dos descimentos, eram levados forçosamente às áreas costeiras coloniais, para fins educacionais religiosos e uso escravo na suplementação da mão de obra necessária ao desenvolvimento, sobretudo da economia açucareira. Posteriormente, na segunda fase da interiorização no rio São Francisco, durante o século XVII, o movimento colonizador teve como força motriz a pecuária, que foi responsável por impulsionar o devassamento e ocupação do vale são franciscano. Isto porque, para o desenvolvimento da pecuária, era necessária maior quantidade de terras, tanto para a criação de fazendas e currais de gado, quanto para a obtenção de pastagens para a engorda dos animais. Pedro Puntoni dirá que o sufocante avanço da economia pastoril, que demandava mais terras e mais mão de obra, implicou no arrocho dos povos indígenas que ocupavam o sertão colonial, bem como na conflagração dos conflitos entre indígenas e colonizadores.⁸

Dentro desse cenário de desenvolvimento da pecuária e ocupação do sertão do vale são franciscano, o médio curso do rio São Francisco, nos séculos XVII e XVIII, irá desempenhar um papel de suma importância. A região foi responsável por abrigar os primeiros currais de gado tornando-se, posteriormente, um dos mais importantes espaços de fornecimento e distribuição de gado e dos subprodutos oriundos dele. Para além disso, o médio São Francisco se tornou uma das principais frentes de expansão colonial, uma vez que a partir do mesmo, sob a necessidade de dominar mais terras e criar caminhos para avançar com o gado, as áreas interioranas do sertão colonial foram sendo ocupadas, a exemplo do Maranhão e Piauí. Em concomitância a isto, Marcos Galindo aponta que a expansão da pecuária, bem como das fronteiras do sertão colonial, dependera intrinsecamente das alianças que foram estabelecidas entre os nativos que habitavam as regiões do médio São Francisco e os conquistadores que passaram a adentrá-las.⁹

Como foi dito, neste trabalho, as regiões do médio São Francisco às quais nos referimos consistem, sobretudo, nas áreas compreendidas entre o histórico Sertão de Rodelas até a região onde se formou a povoação da Barra do rio Grande do Sul (atual Barra, Bahia). Este sertão de Rodelas histórico situava-se:

⁷ Termo designado pelos colonos para se referirem às populações indígenas que ocupavam o sertão colonial e que dificultavam a colonização destas áreas.

⁸ PUNTONI, op. cit., p. 43-45.

⁹ GALINDO, op. cit., p. 290.

Três anos depois, era transferida para a província da Bahia, a 15 de outubro de 1827, e assim ficaria até os dias atuais.¹¹

Sob a demanda de maiores quantidades de terras e pastos para o gado, essas áreas do médio São Francisco foram sendo colonizadas e ocupadas pelas frentes coloniais baianas que se engendraram nessa empreitada. A atividade pecuarista não poderia continuar sendo desenvolvida no litoral, próximo às fazendas de plantação da cana de açúcar, uma vez que o gado em grande quantidade poderia danificar as plantações e, também, porque demandava-se grandes espaços para a instalação dos currais.

Neste processo, a partir das terras que eram concedidas a determinados expedicionários por meio das sesmarias, ou a partir de investimentos privados, sertanistas e vaqueiros adentravam ao médio São Francisco. Ao tratar do processo de conquista e ocupação do Sertão das Jacobinas, na segunda metade do século XVII, Solon Natalício Santos aponta que os titulares de muitas das fazendas obtidas através das sesmarias, arrendavam suas terras, o que auxiliava e impulsionava o povoamento dessas áreas. Além disto, indica que em meio a esse processo foram movidas diversas guerras e alianças com os povos indígenas, à medida que também iam se estabelecendo as fazendas de gado.¹²

Em meio a este cenário, a família dos d'Ávila se destacará tornando-se a maior possuidora de terras e gado do sertão colonial. A ação inicial de descimento do gado em direção ao médio São Francisco, pode ser visto na seguinte passagem:

O gado da Torre foi sendo tangido em direção ao São Francisco, ocupando os espaços abertos pela ação exploratória já iniciada por sertanistas preadores e outros pequenos fazendeiros, desde cedo instalados nas proximidades do rio, e que permaneceriam à sombra dos potentados da Torre [...] Os currais dos d'Ávila foram sendo implantados seguindo a direção oeste até o Tocantins e, para o noroeste e o norte, atingiram a região centro-norte do Piauí e do Maranhão na segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII. Inicialmente esse processo teve o concurso dos irmãos procedentes de Mafra, Domingos Afonso Serra que depois adotaria o nome Sertão e seria conhecido também como Afonso Mafrense, e Julião Afonso Serra, arrendatários da fazenda Sobrado dos d'Ávila, no médio São Francisco.¹³

¹¹ MARTINS, Herbert Toledo. A RETALIAÇÃO DE PERNAMBUCO: O Caso da Comarca do Rio São Francisco. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 28, n. 2, 2019, p. 11.

¹² SANTOS, Solon Natalício Araújo dos. **Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: tapuia, tupi, colonos e missionários (1651-1706)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p. 60.

¹³ SILVA, op. cit., p. 107.

Neste sentido, como consta na passagem anterior, o gado dos d'Ávila foi sendo tangido a partir do Recôncavo e seguiu em direção oeste até Tocantins, atingindo ao final do século XVII o Piauí e Maranhão. “Em cada aguada, distante uma da outra quanto o gado pudesse avançar na aridez da caatinga, instalava-se um curral, organizava -se uma feira, pontilhando a terra do índio com as marcas do colonizador invasor”.¹⁴

Contudo, para que a família d'Ávila e seus agentes conseguissem avançar por essas regiões com seu gado, devassando os territórios em sua maioria ocupados por grupos indígenas, fora necessário, inicialmente, a conquista e ocupação das áreas pertencentes ao médio São Francisco, sobretudo, do Sertão de Rodelas, que funcionava como um ponto estratégico para o avanço dos sertanistas, vaqueiros e arrendatários dos d'Ávila e outras frentes coloniais que se engendraram na ocupação dessa região. “O sertão de Rodelas era o quartel general de onde se movimentaram as forças para as entradas em Pernambuco, Rio Grande, Ceará Grande, Piauí e Maranhão”.¹⁵

Muito embora os d'Ávila tenham desempenhado um papel primordial na colonização nas margens do médio São Francisco, Jacionira Coêlho Silva aponta que os currais da Casa da Torre não foram os primeiros do Sertão dos Rodelas. Quando os vaqueiros da referida Casa chegaram, a ocupação da região já havia sido iniciada por um nobre de Viana, Portugal, chamado André da Rocha Dantas, “que ainda nos primeiros tempos da povoação da capitania de Pernambuco situara diversas fazendas de gado no São Francisco” e onde se estabelecera ao casar-se Maria Barbosa, habitante da região. Outro iniciador da ocupação daquela área fora o sargento-mor Custódio Álvares Martins, natural de Lisboa, que seria senhor dos sertões de Rodelas e do Pajeú das Flores, onde instituiu uma capela sob a invocação de São Pedro.¹⁶

Mesmo não sendo os primeiros a ocuparem de fato as regiões do médio São Francisco, os d'Ávila, representados nesta segunda fase do século XVII sobretudo pela figura de Francisco Dias d'Ávila, foram responsáveis junto aos seus outros agentes por colonizarem a região, a partir das guerras e negociações com os povos indígenas residentes dessas localidades. O apoio dos povos Rodelas nesta empreitada fora imprescindível para o avanço de Francisco Dias d'Ávila e suas gentes no rio São Francisco. Contudo, esses povos, antes de prestarem este apoio às frentes coloniais,

¹⁴ Ibidem, p. 105.

¹⁵ BARROS, F. Borges de. “Acção decisiva da Coroa na repressão dos bárbaros do Nordeste”. **Annaes do Arquivo Público e do Museu do Estado da Bahia**, Vols. VI e VII, Ano 1920, p. 155.

¹⁶ SILVA, op. cit., p. 105-106.

ficaram conhecidos por sua bravura e resistência. Capistrano de Abreu se referiu da seguinte forma aos indígenas que habitavam o Sertão dos Rodelas, acucados entre o São Francisco e a serra da Ibiapaba:

A sua resistência foi terrível, talvez a mais persistente que os povoadores encontraram em todo o país; mas atacados no rio São Francisco, no Piranhas, no Jaguaribe, no Parnaíba, por gente de São Paulo, da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará, foram uns mortos, outros reduzidos a aldeamentos, outros agregados a fazendas, fundindo-se e confundindo-se com os colonizadores alienígenas.¹⁷

Diante deste cenário catastrófico no qual se encontravam os Rodelas e outros povos indígenas do médio São Francisco, as alianças e as negociações com os invasores se tornaram uma opção, mesmo que forçada, de conseguirem preservar minimamente a sobrevivência de seu povo. Para além disto, as “alianças” entre indígenas e conquistadores foram fundamentais para a suplantação do processo, na tomada dos territórios dos grupos indígenas considerados inimigos.

Em concomitância a isto, Pedro Puntoni dirá que:

Desde o início da colonização, os indígenas para além de sua utilidade como força de trabalho, apareciam como aquele substrato mínimo de povoadores necessário para a manutenção do domínio, ante a tentativa de conquista ou de invasão de outras potências europeias, ou mesmo de resistência de grupos nativos hostis. Os grupos indígenas aliados ou pacificados permitiam uma margem de segurança à empresa colonial perante as ameaças externas, isto é, de outras potências europeias, ou das ameaças internas presente em um sistema baseado na compulsão extrema do trabalho.¹⁸

Neste sentido, como fora apontado anteriormente, os grupos indígenas aliados foram fundamentais ao processo de enfrentamento das ameaças externas e internas, e eram responsáveis junto a outras forças por garantirem a segurança da empresa colonial. Deste modo, seguindo esta discussão, Davi Barbuda Ferreira, fazendo uma releitura da proposta de Marcos Galindo, quando aborda a formação das alianças no São Francisco, aponta a existência de três tipos de alianças: introdutórias, militares e permanentes. As alianças introdutórias seriam caracterizadas da seguinte maneira:

¹⁷ ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975, p. 156 apud SILVA, op. cit., p. 104.

¹⁸ PUNTONI, op. cit., p. 49.

Os tapuias cediam espaço para pastagens e currais, e ofereciam proteção aos brancos contra os tapuias hostis não aliados. Em troca recebiam resgates e se protegiam contra a exposição direta à ação colonial. Estes acordos com os brancos adicionalmente reforçavam seu poder contra os inimigos locais.¹⁹

As alianças militares seriam resultantes das introdutórias e se caracterizariam:

por uma maior aproximação entre as partes, firmadas por um acordo diplomático envolvendo os líderes e demais autoridades de ambos os lados. As composições envolviam garantias e vantagens que contemplassem todos os interessados, possibilitando tanto o avanço colonial quanto a preponderância das nações indígenas aliadas sobre as consideradas inimigas.²⁰

Enquanto as alianças permanentes: “para além das guerras, envolviam a redução desses povos, a formação de aldeamentos e os projetos de missionação a partir das ordens religiosas”. E era no âmbito das permanentes: “que se formalizava a inserção desses indígenas como súditos do rei português e se justificavam os títulos, soldos e demais mercês recebidas por suas lideranças”. Ainda, segundo o autor, os acordos militares no médio São Francisco se formalizaram na primeira metade do século XVII, em 1639, quando Francisco Rodela se tornou aliado dos portugueses ao ter participado da guerra contra os batavos.²¹

Contudo, é somente em 1674 que o indígena foi eleito ao cargo de Capitão da Aldeia do Rodela no Rio São Francisco, como consta na patente concedida por Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (governador geral do Brasil entre 1667-1671):

Porquanto convem prover o posto de Capitão da Aldeia do Rodella no Rio de São Francisco, e que seja em pessoa de valor e experiência militar: tendo Eu consideração ao bem que todas estas partes concorrem na de Francisco Rodellas, Indio de nação: esperando delle que em tudo o que for encarregado do serviço de Sua Alteza se haverá muito conforme as obrigações que lhe tocarem, e a confiança que faço de seu procedimento. Hei por bem o eleger, e nomear (como em virtude da presente elejo, e nomeio) Capitão da referida Aldeia, para que como tal o seja, use, e exerça, com todas as honras, graças, franquezas, e liberdades, que lhe tocam, e costumam gosar os mais Capitães de semelhantes Aldeias deste Estado. Pelo que o hei por mettido de posse, e ordeno aos Officiaes Maiores, e Menores do Presídio, e Ordenança deste Estado, o hajam, honrem, estimem, e reputem por tal Capitão da

¹⁹ FERREIRA, op. cit., p. 246.

²⁰ Ibidem, p. 246.

²¹ Ibidem, p. 246.

referida Aldeia, e os mais Indios della, façam o mesmo, e obedeçam, como devem, e são obrigados.²²

Deste modo, o cargo de capitão dos índios, designado a Francisco Rodela, indígena principal daquela aldeia²³, indicava um posto importante dentro da sociedade colonial, conseguido através de negociações entre esses nativos e os conquistadores que passaram a adentrar suas terras. Além disto, aponta a capacidade de negociação, estratégia política e agência consciente desse indígena frente à dominação dos colonos. Seu posto garantia, ou pelo menos deveria garantir, melhores condições de sobrevivência nos espaços dilatados. Para além disto, o indígena principal deveria representar o aldeamento e os interesses dos nativos que ali residiam.

A forma pela qual o governador geral Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça se referia ao dito Francisco Rodela revela um certo grau de respeito, uma vez que designava que ele gozaria de todas as honras, graças, franquezas e liberdades que eram concedidas aos demais capitães de aldeias do Estado, muito embora indique também uma reorganização sociocultural da própria aldeia e dos nativos que ali habitavam. A partir disto, percebe-se a existência de uma política de elitização das lideranças indígenas, denominadas como “principais”, viabilizada através de cartas régias com concessão de favores, títulos, patentes militares e nomes de prestígio. A firmação destes acordos era uma ação que garantia não apenas a sobrevivência, mas a perpetuação do domínio europeu no continente americano.²⁴

De acordo com Davi Barbuda Ferreira, esta política de elitização das lideranças indígenas consistiu num processo de:

[...] favorecimento das lideranças indígenas, viabilizado pelo requerimento de mercês régias, configurou-se como uma estratégia crucial na consolidação do domínio português no ultramar, principalmente nos dois primeiros séculos de colonização. Este processo, por sua vez, possibilitou a formação de uma elite indígena que, de certa forma, proporcionou aos índios a conquista de alguns privilégios e a garantia dos seus direitos como súditos cristãos.²⁵

²² “Patente de Capitão do Índios da Aldeia do Rodella, no Rio de São Francisco provida em Francisco Rodella”. 29 de agosto de 1674. BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 12, 1929, p. 319-320.

²³ “Em nível local, na aldeia ou na comunidade, o representante era o índio ‘principal’, nomeado como capitão de aldeia [...]”. FERREIRA, op. cit., p. 181.

²⁴ *Idem*, p. 36.

²⁵ FERREIRA, op. cit., p. 44.

Neste contexto, Francisco Rodela se tornou um braço forte ao lado de Francisco Dias d'Ávila, sobretudo nas guerras contra os indígenas inimigos, no período denominado como a “guerra dos bárbaros”. Tal guerra relacionava-se aos conflitos entre distintos povos indígenas que ocupavam o interior dos Estados do nordeste brasileiro e as forças colonizadoras portuguesas. Esses conflitos, se iniciaram em 1650 e tiveram seu fim, pelo menos, em 1720, contando com o protagonismo indígena, tanto no campo adversário, quanto ao lado das forças militares coloniais.²⁶ Porém, os conflitos envolvendo os povos chamados “gentios bárbaros” e indígenas aldeados do médio São Francisco perduraram até um pouco mais desta última data de acordo com a documentação aqui analisada. Através dela, constata-se a existência de denúncias por parte dos moradores da freguesia da Barra do Rio Grande do Sul e outras localidades próximas sobre ataques cometidos pelos “gentios bárbaros” no final do século XVIII.

Uma missiva enviada em 1669 por Alexandre de Sousa Freire (governador-geral do Brasil) para o Senado da Câmara de Salvador informava sobre uma jornada que seria feita aos tapuias do rio São Francisco e que contaria com o apoio dos rodela, tamaniquins e outros grupos indígenas sob o comando de Domingos Rodrigues, como consta na seguinte passagem:

[...] para a condução dos tapuias se está despachando Domingos Rodrigues, pessoa inteligente e que tem comunicação com os rodela, tamaniquins e outras nações valentes do rio São Francisco mui importantes para a jornada. E se a distância daquele rio é tanta e está ainda incerta a vinda dos tapuias e até hoje não tive resposta alguma das minhas cartas e estão os engenhos os açucares que não duvido se contribuam, como é possível se comece a jornada em janeiro, estando nós às portas de dezembro.²⁷

Na própria documentação está nítida a necessidade e importância que os colonos tinham do uso de indígenas aliados nos embates empreendidos contra os inimigos tapuias. Os rodela e tamaniquins são colocados como “nações valentes do rio São Francisco mui importantes para a jornada”. As alianças, muitas vezes, era uma opção bem mais interessante para a empreitada colonizadora do que o enfrentamento direto em batalha. Em consonância a isto e, as discussões referentes às alianças militares e ao processo de

²⁶ BARROS, Rafael dos Santos. **Os sertões em movimento**: sertanistas, indígenas e escravidão na Bahia colonial (1651-1720). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021, p. 210.

²⁷ “Carta que se escreveu ao Senado da Câmara desta Cidade”. 29 de novembro de 1669. BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 86, 1949, p. 172-173.

favorecimento das lideranças indígenas, Rafael Barros dirá que:

[...] para um sujeito em cativo, estar armado significava primeiro um status diferente dentre seus semelhantes, além disso uma elevação na categoria social[...]. Estar perto de sua parentela, dormir nos mesmos espaços, aumentando seus laços de sociabilidade, também parece ser privilégio daqueles que se fizeram aliados.²⁸

Esta obtenção de um status diferente dentre seus semelhantes, elencada à possibilidade de ascensão social, poderia ser traduzida por estes indígenas, a partir da obtenção de títulos, soldos e cargos, mas também, através de objetos e presentes que recebiam dos colonos, e que de certo modo os diferenciariam dos demais. Para os indígenas aldeados do rio São Francisco foram encontradas solicitações de utensílios e mantimentos. Em uma portaria do ano de 1670 o provedor-mor da Fazenda Real, mandou “dar seis vestidos de raxeta com seus hábitos de Christo e seis chapéus para os Índios principaes das Aldeias do Rio São Francisco” que atuariam na jornada do sertão.²⁹ Numa outra portaria, autuada dois anos depois da mencionada anteriormente, o também provedor-mor da Fazenda Real mandou dar dois vestidos e vinte e quatro machados e facas para os indígenas do São Francisco que atuariam juntamente com os paulistas contra os tapuias.³⁰

Uma patente, também concedida pelo governador-geral do Brasil, datada de 5 de julho de 1674, nomeava o Capitão Francisco Dias de Ávila para o cargo de Capitão-mor da Entrada que se devia fazer às Aldeias dos índios Guarguaes, do Rio São Francisco, que se tinham levantado, conforme diz o documento:

Porquanto a Aldeia dos Guarguaes, que habitam nas terras em que tem seus curraes João Peixoto da Silva no Rio de São Francisco, e outras de diferentes Nações barbaras alli vizinhas, com quem os moradores daquellas partes tenham amisade, e feito por varias vezes pazes, e se tem levantado, e dado muita perda com as hostilidades nos curraes faltando a amisade e boa correspondencia, que com elles se procurava conservar, sempre com temor grande; e por parte do Senado da Camara desta Cidade se me representou que se puzesse remedio a este damno, mandarão seus donos despovoar aquelles campos, e por não terem suas

²⁸ BARROS, op. cit., p. 241.

²⁹ “Portaria para o Provedor-mor dar seis vestidos de raxeta com seus habitos de Christo e seis chapeus aos Índios”. 4 de janeiro de 1670. BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 7, 1929, p. 430.

³⁰ Portaria para o Provedor-mor mandar vestidos e ferramentas a uns Índios. 18 de outubro de 1672. BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 8, 1929, p. 133.

fazendas, e vidas de seus escravos, e curraleiros expostas ao rigor e insolência dos ditos Bárbaros[...].³¹

Ainda consta que Francisco Dias d'Ávila levaria consigo “cem homens brancos armados, e Índios bastantes a sua custa, a fazer guerra, ou obrar, o que lhe mandasse, para se segurarem aquellas povoações”. Pela patente, Francisco Dias de Ávila assumia o cargo de: “Capitão-mor de toda a gente branca, e Índios, que consigo levar a esta Entrada”.³² Uma outra patente do mesmo ano e conseguinte a esta exposta anteriormente, também informava sobre uma Entrada que deveria ser feita à aldeia dos índios guasguaes (galaches ou guerguéias) e a urgência com a qual Francisco Dias de Ávila, ao lado de Domingos Rodrigues de Carvalho, deveriam agir para combater os bárbaros guasguaes que “desceram a fazer guerra aos moradores do Rio de São Francisco”.³³

Os guasguaes, também conhecidos como guerguéias eram indígenas naturais das áreas que passaram a pertencer ao Piauí ao final do século XVII, mas acabavam se deslocando entre as duas margens do rio São Francisco, sobretudo, quando se viram acuados sob ameaça dos sertanistas e vaqueiros. Jacionira Coêlho Silva aponta que os guerguéias em defesa de suas terras impediam que os d'Ávila e seus homens avançassem rumo as áreas que viriam a se tornar o Piauí.³⁴

Deste modo, a partir das documentações supracitadas, é possível notar, que esses indígenas resistiram à presença dos colonos a partir dos ataques aos currais de gado e na violência contra os moradores das redondezas do rio São Francisco, além, é claro, dos confrontos diretos. Ainda, segundo a autora, foram travadas duas guerras contra os guerguéias, a segunda em territórios próximos ao médio São Francisco, sendo os mesmos batidos ao final do século XVII, com o apoio dos rodela e tamiquius e outras nações valentes da região. Só a partir de então os d'Ávila e os irmãos mafrenses, com o apoio de Domingos Rodrigues de Carvalho, conseguiram ocupar o Piauí, e assentaram seus currais no Maranhão, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.³⁵

Ao final do século XVII as informações a respeito de Francisco Rodela e sua atuação no médio São Francisco ficam escassas. E é neste momento, entre os fins do século XVII e início do século XVIII, que se tem a ascensão dos indígenas da família

³¹ “Patente de Capitão-mor a entrada que Vossa Senhora manda fazer as Aldeias dos Guarguaes, provido em o Capitão Francisco Dias de Ávila”. 5 de julho de 1674. BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 12, 1929, p. 313.

³² *Ibidem*, p. 314.

³³ *Ibidem*, p. 336-338.

³⁴ SILVA, op. cit., p. 114-115.

³⁵ SILVA, op. cit., p. 114-117.

Mataroã aos postos de comando no aldeamento de Rodelas. Francisco Dias Mataroã, em 1705, assume o cargo de “governador dos índios da língua travada do cabelo corredio do rio São Francisco de baixo e cima”. Após sua morte, foi substituído por seu filho, Jorge Dias de Carvalho Mataroã. Eles estiveram no poder e atuaram entre os rodeleiros, porcazes e demais indígenas do médio São Francisco, tanto das partes de Pernambuco quanto da Bahia entre 1690 e 1733.³⁶

Uma carta remetida ao Governador de Pernambuco, no ano de 1726, indica o posto ocupado por Jorge Mataroã:

[...] do procedimento do governador dos índios Jorge Dias de Carvalho, que é o índio chamado Mataroã como da qualidade das diligências de que o tenho encarregado e êle costuma fazer em utilidade das missões. Este índio tem patente de governador dos índios, de cabelo corredio, de língua travada, do rio São Francisco de cima e de baixo, cujo posto exercitou seu pai em vida e com maior felicidade; procede nas suas obrigações com grande obediência e o reconhecimento não só bom servidor de El-Rei senão também bom católico, traz com boa disciplina os seus subalternos e serve aos brancos com maior amor acudindo prontamente a qualquer excesso que estes recebam dos seus índios de corso.³⁷

Como consta na documentação, Jorge Mataroã tinha patente de governador dos índios “de cabelo corredio, língua travada, do rio São Francisco de cima e de baixo” assim como seu pai Francisco Mataroã tinha exercitado. A região de “baixo” do rio pertencia à Bahia, enquanto a de cima pertencia a Pernambuco. A missiva ainda informava sobre a importância de Mataroã ao acudir prontamente os brancos dos “excessos” causados pelos índios de corso.

Francisco Dias Mataroã, o Mataroã pai, teria sido um forte aliado de Domingos Afonso Sertão na guerra contra os indígenas que não se deixavam aldear “conquistando cada vez mais territórios pelos sertões adentro, especialmente no Piauí.³⁸ Para além disto, os Mataroãs foram essenciais no processo de descobrimento dos caminhos que ligavam a Bahia ao Maranhão.

Em relação a este processo de desbravamento e ocupação do Maranhão, no ano de 1713, o governador geral, Pedro Vasconcelos ordenou que Mataroã e todos os indígenas das aldeias que administrava fizessem guerra ao “gentio bárbaro de corso” do

³⁶ FERREIRA, op. cit., p. 236-237.

³⁷ “Carta Para o Governador de Pernambuco Duarte Pereira Sodré”. 2 de janeiro de 1726. BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 86, 1949, p. 10-13.

³⁸ FERREIRA, op. cit., p. 243.

Maranhão que ameaçam os moradores das áreas próximas do rio São Francisco e das povoações do Piauí, como consta na seguinte passagem:

Porquanto convem ao serviço de Sua Majestade, que Deus guarde bem comum de seus Vassallos, e à conservação dos moradores dos sertões do Rio São Francisco, e currais que neles há, evitar por todos os meios possível digo possíveis, que o Gentio rebelado do Maranhão confinante com o do mesmo Rio, passe a fazer os estragos, mortes, roubos e insultos que tem feito na Povoação do Piauí, e outros mais, e vem continuando com grande poder, por se unir com as mais Nações bárbaras daqueles distritos. Ordeno a Francisco Dias Mataroá, governador de todos da jurisdição deste governo geral, que tive de todas as Aldeias, os que forem capazes de peleja para com eles e com os mais que se tirarem das Aldeias que administram os Padres Missionários Franciscanos, e Capuchinhos Italianos acompanhar ao Coronel Francisco Gomes de Sá, que vai por Cabo da guerra, que mando fazer ao dito Gentio do Maranhão, e a todas as mais Nações que com eles se confederarem: e o dito Governador dos índios executará prontamente tudo o que o dito Cabo de guerra ou quem o seu posto servir: (sic) e espero do zelo e fidelidade com que serve a Sua Majestade se haja nesta ocasião como em todas as mais de que foi encarregado.³⁹

Neste sentido, como indica a documentação, o governador dos índios Francisco Dias Mataroã deveria levar consigo todos os indígenas aldeados capazes de fazer guerra ao gentio bárbaro do Maranhão, e se fosse necessário mais indígenas para tal empreitada, o governador deveria tirá-los das aldeias administradas pelos padres missionários franciscanos e capuchinhos.

No que concerne à “conquista” do Piauí e às guerras contra os tapuias dessas áreas, uma missiva remetida no ano de 1718 pelo Conde de Vimeiro (governador geral do Brasil) para o governador dos índios Francisco Mataroã informava que ele deveria dar ao sargento-mor Francisco Xavier os “os índios necessários para fazer guerra ao Gentio Bárbaro do Piaguhi”.

O Governador dos Índios Francisco Dias Mataruá, o tenha assim entendido, e o executará como acima fica declarado: e espero da fidelidade com que se emprega no serviço de Sua Majestade que Deus guarde, que depois de receber esta minha carta, ordene aos Índios declarados sigam, e acompanhem ao dito Sargento-mor e Cabo Francisco Xavier, e sucedendo que o dito Governador dos Índios, por causa alguma de enfermidade se ache incapaz de acompanhar na conquista ao dito Cabo; neste caso lhe concedo licença para se retirar para a sua Aldeia: com condição que deixará na conquista em seu lugar o seu genro, o Sargento maior João Dias: e depois o dito Governador se

³⁹ “Ordem para os Mataroá ir com os indígenas que administra, e outros, para a Guerra do Gentio Bárbaro de Corso”. 5 maio de 1713. BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 53, 1941, p. 233-234.

recolher a sua Aldeia terá muito particular cuidado de fazer ajuntar todo o Gentio das Aldeias do Rio São Francisco da do Uncanhaam para baixo, para com ele socorrer a dita Conquista do Piaguhy, enviando-o por um dos seus filhos, a entregar ao dito Sargento-mor, e Cabo Francisco Xavier. Tudo hei por muito recomendado ao dito Governador Francisco Dias Matarhuá a quem Deus guarde.⁴⁰

Em 1720 uma missiva enviada pela junta da Bahia, também informava sobre a “conquista” do Piauí e ordenava que:

O Governador do Índios Francisco Dias Mataroá tanto receber esta carta ponha todo cuidado, e diligência em enviar do Rio de São Francisco desde a Aldeia do Curral dos Bois até a do Unhuum, e meios que houver naqueles distritos, socorro de gentio manso capaz de guerra solteiros ou casados na forma que se ordena aos Padres Missionários das Aldeias, e reconduzirá a todos até à outra parte da passagem do Joazeiro, onde os entregará a aquela pessoa que para os levar para dentro for mandada pelo Sargento-maior Francisco Xavier Brito, que pelas ordens que expedimos hão de ser conduzidos os ditos índios de guerra, e casais que forem das ditas Aldeias, por soldados da Companhia do Capitão João Barbosa Rebelo, até entregar no Piaguhy ao Sargento-maior Miguel de Abreu de Sepulveda. E o dito Governador Francisco Dias Mataroá, admoestará severamente a todos os ditos índios e índias que aquele que fugir do caminho para a sua Aldeia, ou amotinar, ou induzir os outros a que não vão para o Piaguhy como lhe é mandado hão de ser pos serem castigados conforme a sua culpa em que já tem incorporado pela fuga, e deserção que fizeram antecedente; e para este efeito dará o dito Governador toda a ajuda, e favor que lhe pedir o dito Capitão João Barbosa Rebelo [...] Os Índios, e casais que vão para o Piaguhy acabada a conquista, hão de voltar outra vez para as suas.⁴¹

Sendo assim, Francisco Dias Mataroã deveria enviar para o Sargento-maior, Francisco Xavier, os indígenas aldeados capazes de guerrear do Rio São Francisco, desde a aldeia do Curral dos Bois até a do Unhuum. Posteriormente, os índios de guerra solteiros ou casados seriam entregues ao Sargento-maior Miguel Abreu de Sepulveda no Piauí. Ao final da carta, Caetano de Brito e Figueiredo e João de Araújo e Azevedo informam que findando a conquista do Piauí os indígenas deveriam voltar a suas aldeias.

Observa-se, mais uma vez a utilização dos indígenas aldeados do médio São Francisco e de outras localidades, sob o comando de Mataroã, nas guerras empreendidas

⁴⁰ “Carta que se escreveu ao Governador dos Índios Francisco Dias Mataruá, para dar ao Sargento-mor Francisco Xavier os índios necessários para fazer guerra ao Gentio Bárbaro do Piaguhy”. 17 de dezembro de 1718. BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 43, 1939, p. 171.

⁴¹ “Ordem Para o Governador dos índios Francisco Dias Mataroá que se remeteu as registradas acima”. 20 de outubro de 1720. BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 44, 1939, p. 5-6.

contra os gentios bárbaros do Piauí. Para além disto, o documento nos traz indicativos da autoridade e importância do governador dos índios, uma vez que ele não só podia como devia punir os indígenas que ousassem atrapalhar ou ameaçar a tomada do Piauí. Ademais, informava também sobre a utilização de mulheres indígenas na empreitada, não indicando, contudo, se elas participariam no campo de batalha. Mas, de toda forma, seriam importantes para manutenção das tropas e permanência de seus companheiros no Piauí durante a guerra.

Segundo Davi Ferreira, “os governadores dos índios seriam de fato a ponte entre os governadores das capitanias e os outros agentes que atuavam diretamente com os indígenas nas aldeias”.⁴² Isto porque eles eram responsáveis por repassar as ordens e informações para os indígenas principais, missionários e demais agregados dos aldeamentos. Importante mencionar que, enquanto o indígena principal ou capitão da aldeia exercia uma função em nível local na aldeia, o governador dos índios exercia em um nível mais amplo que englobava todas as capitanias e anexas.⁴³ Neste sentido:

Os governadores dos índios eram verdadeiros intermediários entre o mundo luso e o indígena e, como administradores reais, foram responsáveis por diversas funções, tais como: recrutamento para as tropas, repartição para o trabalho, recondução dos índios às suas aldeias e missões, defesa das vilas e dos arraiais, execução de diligências, resoluções de conflitos, entre outros.⁴⁴

Para além disto:

A administração das aldeias colocava os governadores diante de situações em que eles precisavam tomar partido, sendo em duas ocasiões específicas eles sempre estiveram ao lado dos seus liderados: nos casos de escravizações ilegais e nas disputas territoriais. A questão das demarcações de terras dos aldeamentos foi um tópico presente em toda a trajetória dos governadores, fazendo com que eles buscassem meios para resolução destas contendas.⁴⁵

Diante disto, nota-se que os governadores dos índios do São Francisco, Francisco Dias Mataroã e seu filho Jorge Dias Mataroã, foram fundamentais não apenas no processo de favorecimento da conquista e ocupação do médio São Francisco e dos sertões do Piauí, Maranhão e Pernambuco, mas também na sobrevivência dos povos aldeados que

⁴² FERREIRA, op. cit., p. 185.

⁴³ Ibidem, p. 181.

⁴⁴ Ibidem p. 173.

⁴⁵ Ibidem, p. 266.

administravam e na garantia mesmo que minimizada dos seus direitos. Ademais, nos possibilita pensar a resistência por outros vieses, a partir, por exemplo, das estratégias políticas e ação consciente destes indígenas frente o avançar colonizador. Logo,

[...] as ações dos distintos povos indígenas que viviam no sertão da Bahia não foram apenas de resistência (física), eles atuaram de forma variada, sobretudo quando observaram o mundo que conheciam e dominavam, gradativamente, ser usurpada pelo outro”.⁴⁶

Deste modo, Solon Natalício Santos, ao estudar a conquista e resistência dos povos indígenas Payayás de Jacobina, aponta que mesmo inclusos num processo violento e danoso, os nativos conseguiram negociar com os colonos por melhores condições de sobrevivência, como consta na seguinte passagem:

Apesar dos danos físicos e culturais resultantes do contato dos grupos indígenas com os colonos e missionários deve-se considerar as possibilidades dos primeiros em se adaptar e negociar as suas condições nas relações sociais de espaço colonial, além de sua capacidade de traduzir e reelaborar “para si” os temas culturais apresentados pelo “outro”.⁴⁷

Neste sentido, percebe-se uma ação consciente destes povos nativos frente à ameaça da presença dos conquistadores em suas terras. O caráter passivo e ingênuo atribuído aos indígenas durante os processos de conquista, não podem ser aqui referendados. Muito embora não se possa negar a existência de uma desigualdade na correlação de poderes, onde os colonizadores tinham vantagens em contraponto com as populações indígenas.

Voltando à discussão sobre as guerras contra os gentios bárbaros, em 26 de março de 1716, uma carta remetida ao Provincial da Companhia de Jesus para que ordenasse aos missionários que remetessem “até amanhã” à Secretaria do Estado do Brasil ordem “com todo apelo para que das Aldeias” que constassem numa memória inclusa dando todos os índios que fossem capazes para aquela guerra. Estes indígenas deveriam ser entregues ao governador dos índios Francisco Dias Mataroã para fazer guerra aos gentios bárbaros que assolavam os sertões do Piauí e Pernambuco, “chegando já ao Rio de São Francisco”.⁴⁸

⁴⁶ BARROS, op. cit., p. 19.

⁴⁷ SANTOS, op. cit., p. 56.

⁴⁸ “Carta para o Reverendo Padre Prefeito do Hospício de Nossa Senhora da Piedade”. 26 de março de 1726. BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 42, 1938, p. 234-235.

Desta maneira, percebe-se que as guerras contra os “tapuias de corso” do Piauí, Pernambuco e Maranhão ainda perduravam e a utilização dos indígenas aldeados do médio São Francisco era imprescindível para que as forças coloniais conseguissem avançar rumo à conquista das almas e das terras destas localidades.

Contudo, muito embora tenhamos versado sobre os povos indígenas do médio São Francisco aliados ao processo colonizador, é importante ressaltar que neste meio tempo, muitos outros se rebelaram contra o movimento. E, à medida que as forças colonizadoras avançavam rumo as áreas próximas ao médio curso do rio, os indígenas já aliançados iam batendo os que ainda não tinham se aliado. A vista disso, uma missiva do ano de 1715 informava sobre uma ordem do Marquês de Angeja, na qual ele designava que o capitão Manuel Alves de Sousa fizesse guerra a todos os bárbaros, bem como, os residentes da Barra do Rio Grande do Sul que destruía as povoações e as fazendas de gado destas localidades.⁴⁹ Na primeira parte consta que:

Por quanto El-Rei meu Senhor foi servido ordenar por carta de 20 de Abril de 708 a este Governo se fizesse guerra geral a todos os índios de corso, entrando-se por todas as partes assim pelos sertões da Capitania da Baía, como pela de Pernambuco, Ceará, e Rio Grande para que dividindo-se as tropas que fossem a esta expedição, pudessem desbaratar aqueles bárbaros, e incorporando-se depois uma com outras fazer mais formidável o nosso poder, e mais seguro o estrago dos contrária que, e por me constar que de presente teem os ditos bárbaros destruindo muitas povoações, e fazendas de gado com morte das pessoas que nelas assistiam, por cuja causa se povoaram precisamente todas as mais a que os bárbaros ainda não teem chegado, o que será ruína total do Brasil assim pela falta que os povos hão de ter de gados para a sua sustentação como para as lavouras de canas, lenhas, tabacos, e engenhos; e é muito conveniente ao serviço de El-Rei meu Senhor, ao bem comum e conservação de seus vassallos que prontamente se acuda com o remédio que pede um dano, de que tão danosas consequências se seguem a todas as Capitánias deste Estado.⁵⁰

Na segunda parte, a carta tem o seguinte teor:

[...] Manuel Alves de Sousa Capitão-mor da Freguesia da Barra do Rio Grande do Sul, sujeito de valor, e muita experiência da guerra dos ditos bárbaros por ter pelejado muitas vezes com eles, defendido as povoações, e distritos da sua jurisdição como me conta dos papéis, e certidões que me foram presentes, além de possuir nos mesmos distritos grande número de fazendas, motivo forçoso para que com maior

⁴⁹ “Ordem que se deu ao Capitão Manuel de Sousa para fazer guerra ao gentio bárbaro”. 9 de dezembro de 1715. BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 54, 1941, p. 76-78.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 76.

empenho procure a destruição dos ditos bárbaros: lhe ordeno que tanto que chegar à dita Freguesia da Barra do Rio Grande do Sul dê logo conta ao Senhor Governador de Pernambuco do estado que os bárbaros teem reduzido as povoações e fazendas daqueles distritos para que lhes acuda com o remédio que parecer mais eficaz a destruir os ditos bárbaros, e enquanto não tiver as ordens do que há de seguir, fará o dito Capitão-mor aos mesmos bárbaros toda a guerra ofensiva que puder, cativando a todos que nela aprisionar os quais serão rematados em praça pública para se tirarem os quintos de El-Rei meu Senhor, que se entregarão ao Provedor da Fazenda do lugar mais vizinho, para que os remeta ao deste Estado.⁵¹

Dois anos depois, uma outra missiva informava sobre os danos causados pelos gentios de corso da Barra do Rio Grande do Sul às fazendas e currais, com mortes e roubos:

[...] Agora de presente recebi uma carta do dito Capitão-mor em que me dá conta haver saído em busca dos ditos Bárbaros, e do encontro que teve com eles, onde lhe matara muita gente, e lhe queimara toda a sua bagagem. Fazendo uma casa forte no mesmo lugar em que eles determinavam aldear-se, por ficarem em lugar, de onde mais a seu salvo fizessem maiores hostilidades, pedindo-me o socorresse com gentio manso; e como todo o que há nas missões das aldeias desta Capitania estava dividido para assistir aos três cabos, que se acham em campanha em partes muito remotas, e ficaram as ditas Aldeias muito exaustas de índios de guerra, e não posso socorrer ao dito Capitão-mor com os que me pede, assim para a segurança do Arraial, como para as entradas que determina fazer: dou a Vossa Senhoria esta notícia na suposição que ainda não tenha, para que a Vossa Senhoria com o seu grande zelo, e atividade queira socorrer ao dito Capitão-mor com todo o Gentio que lhe for possível, para que de todo não despvoem de fazendas, e currais, que há naqueles distritos. Se nestas ada Baía houver alguma cousa em que Vossa Senhoria não queira ter ociosa a minha vontade se achará sempre pronta em seu serviço.⁵²

Percebe-se, que as datas das missivas apresentadas anteriormente coincidem com os períodos das guerras contra os gentios bárbaros do Piauí, nas quais estava na empreitada Francisco Dias Mataroã. Deste modo, o mesmo não poderia prestar socorro ao capitão-mor da Barra do Rio Grande do Sul, que solicitava a sua ajuda ou de alguma outra tropa composta de índios mansos para acudir a região dos ataques dos gentios bárbaros que estavam por despovoar as fazendas e desbaratinar os currais de gado. Para além disto, observa-se que o processo de conquista e ocupação do médio São Francisco

⁵¹ Ibidem, p. 76.

⁵² “Carta a que alude a de cima para o Governador D. Lourenço de Almeida”. 13 de março de 1717. BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 40, 1938, p. 96.

não de seu de maneira homogênea e dependeu intrinsecamente da construção, ou não, das alianças entre os nativos que ali habitavam e os colonizadores que adentraram nestas localidades.

Por volta de 1732, Jorge Dias Carvalho de Mataroã foi exonerado do cargo, bem como todos os outros governadores de índios do Estado. O que implicou, de certo modo, na diminuição dos direitos dos seus liderados, bem como abriu espaço para mais revoltas e levantes de indígenas contra o movimento colonizador. Contudo, a partir da segunda metade do século XVIII tem-se uma diminuição dos casos referentes aos chamados “gentios bárbaros” de acordo com as fontes aqui analisadas. Até porque, a partir deste período, as fazendas e povoações do médio São Francisco já estavam, em grande medida, bem estabelecidas.

Seguindo esta discussão, algumas das táticas indígenas que tiveram um papel imprescindível em ambos os lados do conflito durante as guerras entre nativos e colonos, foram: as emboscadas, os ataques relâmpagos e a agilidade no deslocamento dos homens durante a guerra. Um diferencial primordial que favorecia as tropas militares do lado dos colonizadores era a junção das técnicas militares indígenas com as técnicas europeias, com o uso de armas de fogo e cavalos, por exemplo. Kalina Silva dirá que:

O que o estudo das estratégias e táticas da guerra dos bárbaros mostra por sua vez, é que a guerra colonial contra povos nativos americanos também se construiu a partir das próprias estratégias indígenas [...]. Em termos militares, a guerra indígena foi, no entanto vencedora já que terminou por ser empregada de ambos os lados do conflito.⁵³

Diante disto, os dados trazidos sobre estes conflitos no médio São Francisco e nas suas proximidades confirmam o quão necessário foram os indígenas aliados desta região, sobretudo os Rodelas, inicialmente sob o comando de Francisco Rodela, junto às outras nações do médio São Francisco no processo de expansão das fronteiras do sertão colonial e, sobretudo, na vitória sobre os tapuias inimigos durante os conflitos empreendidos na guerra dos bárbaros. Puntoni diz que os nativos “eram os únicos capazes de dar o conhecimento das terras e contribuir para as tropas com os homens necessários às diversas guerras e escaramuças travadas entre os colonizadores e diversas nações”.⁵⁴

⁵³ SILVA, Kalina Vanderlei. Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na ‘Guerra dos Bárbaros’ (1651-1704). *Estudos Ibero Americanos*. Porto Alegre, v. 4, n. 2, 77-90, maio-ago, 2019, p. 88.

⁵⁴ PUNTONI, op. cit., p. 50.

Em concomitância ao processo de conquista territorial desenvolvia-se também a conquista espiritual dos povos nativos do médio São Francisco, como veremos a seguir. Mas ainda com relação à conquista territorial, podemos resumir, em linhas gerais, o processo de devassamento e ocupação do médio São Francisco da seguinte forma:

[...] se por um lado os conquistadores vão anexando mais terras aos seus domínios e ocupando-os com gado, por outro, dar-se-á o despovoamento com aniquilamento ou expulsão de milhares de indivíduos que povoavam essas terras. É a substituição das gentes por gado.⁵⁵

3. Processo de evangelização no médio São Francisco

Neste processo de ocupação do médio São Francisco e expansão do sertão colonial ao lado da economia pastoril desenvolviam-se também as missões religiosas. As instalações delas nessa região constam desde o final do século XVI, acentuando-se, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVII. Sendo assim:

A expansão missionária em direção ao rio de São Francisco, entre as décadas de 50 e 70 dos anos seiscentos, foi conduzida em duas frentes – capuchinha e jesuítica – visando a explorar o pasto espiritual que se estabelecia no rastro dos pecuaristas. A frente capuchinha partiu de Pernambuco, subindo pela foz o rio São Francisco, enquanto a onda jesuítica se expandiu e partiu do Recôncavo baiano tomando rumo às serras das Jacobinas e suas periferias, por entre as nascentes do rio Itapicuru e do rio do Salitre.⁵⁶

No médio São Francisco, na margem esquerda, os capuchinhos franceses e inacianos (estes últimos só assumem a missionação da região a partir de 1705, quando os capuchinhos franceses foram expulsos) foram responsáveis pela missionação, sobretudo a partir da segunda metade do século XVII, quando se tem a expulsão dos holandeses do Brasil. Os evangelizadores frei Martinho de Nantes, frei Teodoro de Lucé e o Padre Francisco Donfront foram os primeiros a missionarem entre os Cariris e Rodelas do médio São Francisco. Essas missões religiosas objetivam evangelizar, domesticar e civilizar os indígenas, tendo em vista que eles eram considerados seres sem alma e sem fé. Frei Martinho de Nantes, ao relatar suas experiências com os Cariris e Rodeleiros, dirá:

⁵⁵ FERRAZ, Socorro; BARBOSA Bartira Ferraz. **Sertão: fronteira do medo**. Recife, Editora UFPE: 2015, p. 179.

⁵⁶ GALINDO, op. cit., p. 150.

[...] pobres índios, não tendo Fé, nem Lei, nem Rei, nem artes, que são ajudas e guias de uma vida racional e política, haviam caído em todas as desordens que podiam causar essas falhas gerais, e estavam de tal modo embrutecidos, pela maneira de vida grosseira, fundada toda nos sentidos, que se pode dizer que não tenham senão a figura do homem e as ações de animais e, conquanto tivessem alguma forma de culto aos deuses que haviam imaginado, era tão ridículo e vergonhoso o culto como as coisas que adoravam.⁵⁷

Logo, “as palavras nus, bárbaros, selvagens e antropófago, em imagens e argumentos para a conversão, escravidão e extermínio de indígenas, foram usadas na efetivação de políticas colonialistas”.⁵⁸ Estes e outros termos pejorativos elencados ao argumento de barbárie, designados, sobretudo aos tapuias residentes do sertão colonial, funcionaram como justificativa, tanto para a conquista das terras sertanejas, quanto das almas dos povos originários que nelas habitavam, acarretando na aplicação das guerras justas, descimentos e escravização dos nativos. Segundo Arraes:

[...] por trás do discurso doutrinário esconde-se um discurso guerreiro, isto é o sistema ao qual as missões religiosas estavam inseridas era estruturalmente agressivo diante de indígenas e africanos, o discurso evangelizador não conseguiu escapar a agressividade, a terminologia evangelização passou a ser justificativa de opressão e escravização dos indígenas.⁵⁹

Seguindo esta discussão, Solon Natalício Santos dirá que os aldeamentos religiosos funcionaram como “espaços de conversão e incorporação religiosa de povos considerados pagãos ou gentios”, mas “se configuravam também como espaço de colonização e dominação de populações nativas.” Para além disto, o autor aponta que segundo a concepção cristã medieval, a falta de racionalidade e a barbárie atrelada aos indivíduos considerados incivilizados, assim como os indígenas, seria justificativa tanto para escravização desses povos, quanto para a imposição da doutrina cristã.⁶⁰

Este discurso evangelizador, para além de justificar a opressão e escravização, serviu também como complemento à guerra. Contudo, esse discurso que seguia os trilhos da expansão pecuarista se viu acuado pelo interesse dos grandes sesmeiros, que se utilizavam da missionação apenas para benefícios econômicos e bélicos. A criação de

⁵⁷ NANTES, Pe. Martinho de. **Relação de uma missão no Rio São Francisco**. Tradução e Comentários de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 4.

⁵⁸ FERRAZ e BARBOSA, op. cit., p. 121.

⁵⁹ ARRAES, op. cit., p. 52.

⁶⁰ SANTOS, op. cit., p. 49.

gado, bem como a instalação dos currais e a procura por pasto para esses animais acarretava, por vezes, na tomada das terras dos indígenas que ficavam próximas dos aldeamentos, o que acabava dificultando, ou até mesmo impossibilitando, a continuidade da missionação entre os indígenas aldeados.

Os grandes proprietários de terras se esqueciam do alvará régio que ordenava que a cada Missão se desse uma légua de terra para a sustentação dos índios e missionários.⁶¹ Ocasionalmente, deste modo, os conflitos entre os missionários e os colonos, que viam seus interesses ameaçados. Neste sentido, embora, a pecuária e a missionação fossem necessárias uma a outra para o seu desenvolvimento, nem sempre mantiveram uma relação harmônica. Martinho de Nantes relatou diversas vezes os impasses que tivera com Francisco Dias d'Ávila, no processo de evangelização na aldeia dos Rodelas, como consta na seguinte passagem:

O interesse de alguns particulares, que haviam colocado seu gado nas terras dos índios, sendo combatido por alguns missionários, que eles próprios haviam chamado mais para a segurança do gado que pelo zelo da conversão dos índios, como os acontecimentos nos fizeram compreender, atiraram-se contra nós e empregaram todos os meios possíveis para nos afastar. Nossos missionários se viram obrigados a se opor à invasão violenta das terras dos índios pelos portugueses, uma vez que os rebanhos devoraram as plantações dos índios e obrigavam a separar-se em diversos lugares para poder viver, o que acabava impedindo a presença das missões.⁶²

A partir deste trecho, podemos notar os impasses existentes entre esses religiosos e os grandes proprietários de terras, que adentraram o médio São Francisco. Reforça, mais uma vez, a ideia de que os d'Ávila, junto a outros fazendeiros, se utilizavam das missões muito mais para a realização de interesses pessoais, relacionados à sustentação da pecuária e a submissão dos povos indígenas ao seu poderio, do que, necessariamente, ao conhecimento do evangelho e da fé católica. Ademais, como já fora dito anteriormente, com a tomada das terras das mãos dos povos indígenas eles se viam obrigados a procurarem outros espaços, o que dificultava de fato a evangelização.

Diante destes processos de usurpação violenta das suas terras e de suas almas, os indígenas se adaptavam de diferentes maneiras. E, mesmo circunscritos em meio a

⁶¹ ARRAES, op. cit., p.176.

⁶² NANTES, op. cit., p. 40.

imposição da religião cristã ocidental, esses nativos continuavam perpetuando as suas crenças, mesmo que de maneira delimitada. O padre Martinho de Nantes dirá:

Eles me contavam várias vezes que o grande deus do céu, a que eles chamam Touppart, tinha mandado para a Terra um grande amigo para morar com eles, e que vivia como eles, e vivia também nu [...] Uma outra vez, podiam verificar que a rede em que ele dormia era muito mais bonita e muito branca, conquanto de dia parecesse com as outras. Chamavam-no o Grande Pai; recorriam a ele em todas as aflições, a que ele sempre dava remédio.⁶³

Em outra passagem do relato o padre dizia:

Podia-se acreditar que alguns deles tinham entendimento com o Diabo, pois não usavam, como remédio, para todos dos males, senão a fumaça do tabaco e certas rezas, cantando toadas tão selvagens quanto eles, sem pronunciar qualquer palavra.⁶⁴

Além disto, conforme Martinho de Nantes, muitas vezes, “sob pretexto de irem à caça, ou para procura de mel pelos campos”, os indígenas “saíam da aldeia para praticar as ocultas as suas cerimônias”.⁶⁵ Estas práticas, no entanto, eram proibidas dentro dos aldeamentos e quando descobertas, os indígenas estavam sujeitos aos castigos físicos e morais. Observando estes mecanismos instituídos pelos indígenas frente à atividade missionária dentro dos aldeamentos religiosos, nota-se que estes espaços “apontaram como um campo para novas oportunidades de negociação das etnias sobreviventes”.⁶⁶

Ainda de acordo com os relatos de Martinho de Nantes, os missionários, por vezes, eram vítimas de violência física, até mesmo de tentativas de homicídios, que inclusive ele mesmo sofrera. Sobre uma de suas passagens pela Aldeia de Irapuá o padre disse o seguinte: “o reverendo Padre Anastácio d’Audiene estava presente e me defendeu contra um golpe de sabre sobre minha cabeça, segurando o braço de um capitão dos índios muito mau e que já levava esta intenção”.⁶⁷

Ao final de suas narrativas com este teor, o padre Martinho de Nantes procurou demonstrar um total arrependimento e submissão em nome de Deus por parte dos indígenas que haviam tentado contra a sua pessoa ou contra a cristandade, dizendo

⁶³ Ibidem, p. 99-100.

⁶⁴ Ibidem, p. 4.

⁶⁵ Ibidem, p. 5.

⁶⁶ SANTOS, op. cit., p. 90.

⁶⁷ NANTES, op. cit., p. 46.

também que eles estariam agindo sob ação e tutela do demônio. Esses relatos, deixados pelo padre, nos possibilita pensar a insatisfação dos povos indígenas frente à colonização e evangelização que visava retirá-los do estado de bestialidade, ingenuidade e irracionalidade que tanto lhes fora atribuído pelos colonos e religiosos que atuaram neste processo. Para além disto, demonstra também a relação conflituosa existente entre as duas correntes colonizadoras do médio São Francisco, representada, de um lado, pelos grandes latifundiários e, do outro, pela ação missionária dos capuchinhos.

Davi Barbuda Ferreira, dialogando com Maria Regina Celestino Almeida, diz que essa autora, ao tratar dos índios integrados à colonização portuguesa, “aborda a relação entre identidade étnica e reivindicação política no ambiente das aldeias coloniais”. Ela destaca que “destaca que os aldeamentos foram apropriados pelos índios como um espaço de proteção e sobrevivência”, evidenciando, neste sentido, “a participação ativa dos mesmos” no processo de colonização. Também aborda como o projeto de colonização visou “transformar os índios aldeados em súditos cristãos do império português”.⁶⁸

Esta perspectiva é válida para pensarmos a situação dos indígenas do médio São Francisco. Dentre os religiosos que atuaram na região os Capuchos de Santo Antônio, ou franciscanos, foram responsáveis por converter os nativos que residiam desde a foz do rio São Francisco, até as regiões da Barra do Rio Grande do Sul (atual Barra).⁶⁹

Por volta de 1685 os capuchinhos franceses foram expulsos do Brasil e o motivo estava atrelado a questões geopolíticas. “Para a Metrópole os estrangeiros, sem o prévio voto de fidelidade, seriam uma ameaça as suas estratégias colonizadoras”.⁷⁰ Contudo, a evangelização entre os indígenas do rio São Francisco precisava ser retomada, então, em 1705, os capuchinhos italianos iniciaram a missão entre os indígenas das aldeias do médio curso do rio. Segundo Arraes, o trabalho de catequese a partir de então foi dividido em suas prefeituras, na Bahia e em Pernambuco:

Agrupados na jurisdição baiana estavam as missões: Ilha de São Félix ou Cavalho Pambú, Vargem, Araxá, Rodelas, São Pedro, Vacarapá, Paracatuba e Rio de Contas. Os designados para converter os catecúmenos aos dogmas da Igreja Católica vieram ou de Angola ou enviados diretamente pela Propaganda Fide.⁷¹

⁶⁸ FERREIRA, op. cit., p. 44.

⁶⁹ ARRAES, op. cit., p. 229.

⁷⁰ Ibidem, p. 177.

⁷¹ Ibidem, p. 178.

A ação destes religiosos foi importante não apenas na catequização dos indígenas, mas, também, na construção das igrejas e aberturas de estradas, confluindo para a expansão do sertão colonial e urbanização destas áreas. No entanto, em 1759, os capuchinhos italianos (bem como todas as outras ordens religiosas que atuavam na Colônia) foram expulsos do Brasil, a partir das reformas instituídas pelo Marquês de Pombal. Agora, a educação religiosa dos indígenas passava a ser de domínio exclusivo do Estado.

Deste modo, percebe-se que a colonização do médio São Francisco dependeu intrinsecamente, do desenvolvimento da pecuária e da instalação das missões religiosas, consistindo num movimento de via de mão dupla, uma vez que as conquistas se davam nos planos territorial e espiritual. Colonização essa conseguida a partir, sobretudo, do apoio dos indígenas aliados, que se convergiam ao movimento, tanto por meio da violência imposta pelos agentes colonizadores, como também a partir de suas próprias estratégias políticas, que objetivavam minimizar os danos causados pela invasão dos colonos em suas terras, prosseguida da missionação e imposição da religião católica. Neste sentido, sobre as estratégias de adaptação dos indígenas frente ao período de conquista e tomada de suas terras, Solon Natalício Santos diz que:

[...] diante da imposição do domínio político, da prática catequética, do confinamento, da desestruturação socioeconômica, do trabalho compulsório ou escravidão disfarçada, do uso de suas terras pelos colonos e missionários, restaram a opção de encontrar em seus horizontes de significados suas próprias respostas e perspectivas de futuro diante de uma nova realidade.⁷²

4. Considerações finais

Com esta pesquisa, a partir das discussões feitas das obras bibliográficas, em consonância com as análises das fontes documentais, disponibilizadas pela Biblioteca Nacional, na série Documentos Históricos, e os relatos registrados pelo Padre Martinho de Nantes, fora possível concluir que o processo de conquista e ocupação do médio São Francisco dependeu intrinsecamente das alianças construídas entre os indígenas aldeados e os colonizadores. E, fora impulsionado, sobretudo, pelo avanço da pecuária sobre o sertão colonial, que encontrou nas margens do grande rio e seus afluentes espaços

⁷² SANTOS, op. cit., p. 205.

propícios para o desenvolvimento da economia pecuarista. Economia que, no entanto, se via ameaçada pelos tapuias que resistiam ao movimento colonizador.

Deste modo, os indígenas aliados do médio curso do rio São Francisco foram fundamentais ao processo de expansão da criação de gado, a partir do momento que “cediam” suas terras para o desenvolvimento desta economia e, principalmente, quando se engendraram nas guerras contra outros indígenas, os chamados “gentios bárbaros” residentes tanto do médio São Francisco quanto em outros territórios vizinhos, que ameaçavam o avanço da empresa colonizadora. Para além disto, foram essenciais na suplantação da expansão colonial luso-brasileira, uma vez que a partir dos conhecimentos que estes nativos detinham, tanto nos aspectos geográficos e bélicos, quanto na capacidade de mediação com os povos inimigos, possibilitaram que as frentes colonizadoras conseguissem avançar sobre o interior do Maranhão e Piauí, expandindo-se, desta maneira, as fronteiras do sertão colonial.

Neste sentido, as alianças estabelecidas entre esses indígenas e colonizadores partiram, muitas vezes, de estratégias políticas e agências conscientes destes indivíduos frente ao avançar do movimento usurpador que tomava as suas terras e almas. Desta maneira, procuravam garantir a sobrevivência e a preservação dos direitos, mesmo que minimizados, dos seus povos. Ademais, consideramos que estas estratégias se encaixavam num tipo de resistência, que não necessariamente partia dos embates físicos, levantes e revoltas, mas que, a partir da aliança com o invasor, conseguiam preservar, mesmo que de forma diminuta, seus espaços de sobrevivência e aspectos culturais de suas vivências.

REFERÊNCIAS

Fontes Impressas

BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 7, 1929. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/094536/per094536_1929_00007.pdf, acesso em: 28 jun. 2024.

BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 8, 1929. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/094536/per094536_1929_00008.pdf, acesso em: 28 jun. 2024.

BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 12, 1929. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/094536/per094536_1929_00012.pdf, acesso em: 28 jun. 2024.

BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 40, 1938. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/094536/per094536_1938_00040.pdf, acesso em: 28 jun. 2024.

BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 42, 1938. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/094536/per094536_1938_00042.pdf, acesso em: 28 jun. 2024.

BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 43, 1939. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/094536/per094536_1939_00043.pdf, acesso em: 28 jun. 2024.

BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 44, 1939. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/094536/per094536_1939_00044.pdf, acesso em: 28 jun. 2024.

BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 53, 1941. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/094536/per094536_1941_00053.pdf, acesso em: 28 jun. 2024.

BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 54, 1941. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/094536/per094536_1941_00054.pdf, acesso em: 28 jun. 2024.

BIBLIOTECA Nacional, **Documentos Históricos**, vol. 86, 1949. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/094536/per094536_1949_00086.pdf, acesso em: 28 jun. 2024.

NANTES, Pe. Martinho de. **Relação de uma missão no Rio São Francisco**. Tradução e Comentários de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas**: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARROS, F. Borges de. “Acção decisiva da Coroa na repressão dos bárbaros do Nordeste”. **ANNAES do Arquivo Público e do Museu do Estado da Bahia**, Vols. VI e VII, Ano 1920.

BARROS, Rafael dos Santos. **Os sertões em movimento: sertanistas, indígenas e escravidão na Bahia colonial (1651-1720)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador 2021.

FERRAZ, Socorro; BARBOSA Bartira Ferraz. **Sertão: fronteira do medo**. Recife, Editora UFPE: 2015.

FERREIRA, David Barbuda G. de M. **Os Governadores dos Índios do Estado do Brasil: Ascensão, consolidação e decadência (1630-1755)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

GALINDO, Marcos. **O governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuias 1651-1798**. Tese (Doutorado em Línguas e Culturas da América Latina), Universidade de Leiden, Holanda, 2004.

MARTINS, Herbert Toledo. A RETALIAÇÃO DE PERNAMBUCO: O Caso da Comarca do Rio São Francisco. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 28, n. 2, 2019.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2002.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Solon Natalício Araújo dos. **Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: tapuia, tupi, colonos e missionários (1651-1706)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, Jacionira Coêlho. **Arqueologia do Médio São Francisco: indígenas, vaqueiros e missionários**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na ‘Guerra dos Bárbaros’ (1651-1704)**. Estudos Ibero Americanos. Porto Alegre, v. 4, n. 2, 77-90, maio-ago. 2019.